



MINISTÉRIO PÚBLICO INVESTIGA FLÁVIA MORETTI POR USO INDEVIDO DA GUARDA MUNICIPAL



Pág. 04

GOVERNO ELABORA PROJETO DE TÚNEL NO PORTÃO DO INFERNO

Pág.03



TRE-MT: GUARDIÃ DA DEMOCRACIA E DA TRANSPARÊNCIA

Pág.06



STF REFORÇA DEFESA DE MAX RUSSI CONTRA MORATÓRIA DA SOJA

Pág.03



QUARTAS DA LIBERTA: QUEM PASSA E QUEM FICA

Pág.07



CÂMARA DA VERGONHA



Pág. 05

CLARO & ESCURO

ÁGUAS TURVAS

O STF tornou réu Claudiston Cabral, acusado de atacar o ministro Alexandre de Moraes nas redes sociais. Ele responde por associação criminosa e incitação ao crime contra os poderes constituídos. Em 2021, Cabral denunciou vereadores de Várzea Grande por suposto esquema de corrupção envolvendo caminhões-pipas e o DAE-VG, no dossiê batizado de “Águas Turvas”. O caso atual segue os trâmites legais para apuração das acusações.

FEDERAÇÃO UNIÃO PROGRESSISTA

A federação União Progressista (UB/PP) começa a reforçar sua chapa para a Câmara Federal. No ato de filiação da senadora Margareth Buzetti, Nilson Leitão, Victório Galli e o vereador Kássio Coelho também ingressaram, mirando vagas de federal. Enquanto isso, coronel Assis vai para o PL e Fábio Garcia avalia o Podemos. Virgínia Mendes ainda decide entre União, PP e Podemos para concorrer.

RUMO À LIDERANÇA HISTÓRICA

O atual presidente da Câmara de Várzea Grande, Wanderley Cerqueira (MDB), dá passos firmes para se tornar o parlamentar com mais tempo à frente do Legislativo municipal. A primeira etapa ocorreu esta semana, com a aprovação em primeira votação de mudança na Lei Orgânica, atualizando regras conforme decisão do STF. A alteração lhe permite concorrer novamente à presidência em 2026. Se confirmada, será sua terceira gestão como “manda-chuva” da Câmara de VG

AUSÊNCIA DOS CAMPOS

No ato de filiação da senadora Margareth Buzetti ao PP, em Cuiabá, chamaram atenção as ausências dos irmãos Júlio e Jayme Campos, além do deputado estadual Eduardo Botelho. Dilmir Dal Bosco chegou atrasado.

Nos bastidores, comenta-se que Jayme Campos estaria insatisfeito com o Palácio Paiaguás, devido ao apoio do grupo de Mauro Mendes a Pivetta. Em recado político, os irmãos participaram do ato do MDB para prestigiar Janaína Riva, futura adversária de Mauro ao Senado.

DISPUTA DO PL POR RONDONÓPOLIS

O presidente estadual do PL, Ananias Filho, assumiu o comando da escolha do candidato a deputado estadual em Rondonópolis e demonstrou preferência pela vereadora Luciana Horta. Caso ela seja eleita, a cadeira dela na Câmara ficará com seu sobrinho, Reyner Souza.

LÁ DENTRO DO MDB

Durante o ato em que a deputada Janaína Riva assumiu a Presidência do MDB em Mato Grosso, um dirigente histórico do partido em Várzea Grande arrancou risadas ao comentar a forma física do chefe nacional, deputado federal Baleia Rossi. Paralelamente, o deputado estadual Júlio Campos destacou a presença de Janaína, elogiando sua inteligência, dinamismo, competência e beleza. Quem te viu, quem te vê, comentaram os presentes.

ARTIGO

MENOPAUSA PRECOCE: O SILÊNCIO QUE ADOECE MULHERES ANTES DA HORA

CRÉDITO: REDES SOCIAIS



Por muito tempo, a menopausa foi vista como um capítulo distante, quase reservado para a casa dos 50. Mas a verdade é que muitas mulheres cruzam essa fronteira bem antes, algumas aos 45, outras aos 40 e, em certos casos, até antes dos 35 anos. Chama-se menopausa precoce. O mais preocupante é que ela não chega de repente: dá sinais sutis, muitas vezes ignorados ou confundidos com estresse, excesso de trabalho ou simples fase da vida.

No consultório, não é raro ouvir relatos de mulheres jovens que começam a notar ciclos menstruais mais espaçados, ondas de calor discretas, mudanças no humor e, principalmente, alterações na saúde íntima: ressecamento, dor nas relações, perda de lubrificação. Esses sinais deveriam acender um alerta, mas quase sempre são minimizados. É comum ouvir um “isso é normal, já estou com mais de 40”, como se a normalidade

fosse aceitar o corpo perdendo funções sem procurar entender por quê.

A menopausa precoce não é apenas um detalhe no calendário da fertilidade. Ela impacta a saúde óssea, cardiovascular, metabólica e emocional. O estrogênio, hormônio que começa a faltar antes do tempo, é protetor de vários sistemas do corpo. Sem ele, os riscos de osteoporose, infarto e até depressão aumentam consideravelmente.

E aqui está o ponto que

mais me incomoda como médica: o silêncio. Fala-se de anticoncepção, fala-se de fertilidade, mas pouco se fala da vida quando os hormônios declinam cedo demais. Mulheres passam por isso sozinhas, sem diagnóstico, sem acompanhamento, sem orientação sobre reposição hormonal, quando indicada, ou sobre alternativas não hormonais que podem aliviar sintomas e proteger a saúde.

É urgente quebrar esse silêncio. A menopausa pre-

coce não pode ser tratada como um destino ou como azar biológico. Precisa ser diagnosticada, investigada e acompanhada. O papel da medicina é devolver qualidade de vida, não apenas prolongar anos. E o papel da sociedade é parar de reduzir a vida íntima e hormonal da mulher a um tema secundário.

Se começarmos a falar mais sobre isso, talvez menos mulheres precisem carregar a culpa de se sentirem velhas antes da hora. Talvez mais delas encontrem respostas, em vez de justificativas vazias. A menopausa precoce não deveria ser invisível. Invisível é a negligência que ainda a cerca.

Dra. Bruna Ghetti é médica ginecologista, referência em saúde íntima e longevidade feminina

Os artigos são de responsabilidade de seus autores e não representam a opinião do O Mato Grosso.

DADOS ESTRUTURADOS E VALIDADOS: O ALICERCE DOS DIREITOS E BENEFÍCIOS

CRÉDITO: REDES SOCIAIS



A vida em sociedade se apoia na confiança. Para que um direito seja reconhecido ou um benefício chegue a quem precisa, é indispensável que o Estado trabalhe com informações corretas e confiáveis. Quando essa base de dados falha, toda a política pública se compromete: o cidadão pode ser injustiçado, seja porque teve um direito negado, seja porque alguém sem legitimidade recebeu o que não lhe cabia. Por isso, tratar de dados estruturados e validados não é tecnicismo, mas uma exigência prática de justiça, transparência e eficiência.

Quando as informações estão organizadas em padrões claros, os sistemas conseguem dialogar entre si. Isso permite cruzamentos rápidos e precisos, reduzindo falhas e evitando burocracias desnecessárias. Um exemplo simples: o servidor que solicita

a aposentadoria. Se registros de tempo de serviço, contribuições e progressões estão armazenados em bases diferentes, mas padronizadas, o sistema valida tudo em segundos. O mesmo vale para benefícios sociais, da transferência de renda à gratuidade no transporte público, que dependem de dados consistentes sobre renda, endereço ou composição familiar. Sem esse cuidado, abre-se espa-

corretos, seguros e aplicados de maneira legítima.

Na prática, esse rigor transforma vidas. Para o servidor público, significa aposentadorias e progressões tratadas com agilidade, sem longas disputas. Para a população em geral, é a certeza de que benefícios chegam a quem realmente precisa, fortalecendo a justiça social.

Dados estruturados e validados não são um detalhe técnico. São a espinha dorsal da cidadania digital e da boa administração pública. Tratar essas informações com seriedade é proteger direitos, evitar desperdícios e preservar a confiança da sociedade nas instituições. Sem dados confiáveis, não há gestão eficiente — nem cidadania plena.

Dados estruturados e validados não são um detalhe técnico. São a espinha dorsal da cidadania digital e da boa administração pública. Tratar essas informações com seriedade é proteger direitos, evitar desperdícios e preservar a confiança da sociedade nas instituições. Sem dados confiáveis, não há gestão eficiente — nem cidadania plena.

ço tanto para fraudes quanto para exclusões indevidas.

Organizar, no entanto, não basta. É preciso validar. Esse processo envolve auditorias automáticas, cruzamentos com outras bases oficiais e uso de certificação digital. Assim, cada decisão administrativa se apoia em evidências sólidas. A legislação brasileira reforça esse dever. A Lei do Governo Digital (14.129/2021) determina que o setor público utilize dados de forma eficiente e transparente. Já a Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018) garante que a coleta e o uso respeitem a privacidade e a finalidade adequada. Em resumo: a lei exige dados

Rodrigo Matos Medeiros Subsecretário de Sistemas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso Advogado Pós-graduado em Administração Pública; Ciência de Dados e Big Data Analytics

Os artigos são de responsabilidade de seus autores e não representam a opinião do O Mato Grosso.

ILUSTRAÇÃO POR IA



O Mato Grosso	
EXPEDIENTE	
RAZÃO SOCIAL	RG MARKETING E COMUNICAÇÃO LTDA
ENDEREÇO	Rua. Francisco Alves, Quadra 32 Jardim Costa Verde Várzea Grande - Cep: 78 128 302
CNPJ	12.003.203/0001-10
E-MAIL	jornalomatogrosso2003@gmail.com
TELEFONE	(65) 99341-5302 (65) 3362-0992
JORNALISTAS RESPONSÁVEIS	Eder Pereira Daniel Costa
DIAGRAMAÇÃO E ARTE FINAL	omatogrosso.com Pedro Costa
TRIAGEM	3000 EXEMPLARES
DISTRIBUIÇÃO	GRATUITA

OBRAS VIÁRIAS

GOVERNO ELABORA PROJETO DE TÚNEL NO PORTÃO DO INFERNO

O Governo de Mato Grosso confirmou que a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra) trabalha na elaboração do projeto básico para a construção de um túnel no trecho conhecido como Portão do Inferno, localizado na rodovia MT-251, entre Cuiabá e Chapada dos Guimarães.

De acordo com o governador Mauro Mendes, a decisão pela mudança no modelo de intervenção foi tomada após a constatação de falhas nos estudos que embasavam a obra inicial. **“Essa engenharia de valor foi aprovada e está neste momento fazendo o projeto básico para definir. É um túnel que será apresentado”**, afirmou.

O Executivo realizou um levantamento preliminar com a estimativa de valores no primeiro semestre, aprovado como etapa inicial do processo. A partir daí, os técnicos da Sinfra passaram a concentrar es-



O GOVERNADOR MAURO MENDES, QUE FALOU SOBRE AS OBRAS NO PORTÃO DO INFERNO

forços na elaboração do projeto base, ainda sem prazo para conclusão. A nova concepção de obra substitui a proposta anterior, que previa o retaludamento do maciço rochoso da encosta, intervenção que consistia na retirada de parte da formação e na construção de taludes, degraus artificiais destinados a conter deslizamentos.

A decisão pela mudança foi tomada após o governo identificar **“inconsistências nos estudos”** apresentados anteriormente. O valor estimado para a execução do túnel, contudo, não foi divulgado. Especialistas consultados ressaltam que a opção por um túnel pode representar solução mais duradoura para a segurança da rodovia,

mas também exigirá maior volume de investimentos e tempo de execução. O Portão do Inferno é um dos pontos mais emblemáticos da MT-251, tanto pela beleza cênica quanto pelos riscos naturais que oferece. A região é marcada por paredões íngremes e instabilidade geológica, fatores que, somados às fortes chuvas, provocam

quedas de barreiras. No fim de 2023, a rodovia registrou sucessivos deslizamentos, obrigando a interdição temporária do trecho e reforçando a necessidade de uma solução definitiva.

As obras iniciais de retaludamento chegaram a ser iniciadas em agosto, após negociações entre a Sinfra e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pela gestão do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. O projeto enfrentou questionamentos técnicos e ambientais, além de embates burocráticos que retardaram sua execução.

Ao anunciar a mudança, Mendes defendeu que o túnel trará mais segurança e estabilidade à região. **“É um investimento que garante tranquilidade para quem trafega e preserva a estrada de problemas recorrentes”**, disse. Segundo ele, o governo busca uma solução que seja

definitiva, evitando os constantes reparos emergenciais que marcaram a rodovia nos últimos anos. Apesar do anúncio, ainda não há cronograma oficial para o início das obras. A Sinfra segue na etapa de detalhamento técnico e de elaboração do projeto executivo, que servirá de base para a licitação. Enquanto isso, a rodovia continua a receber manutenções preventivas e intervenções emergenciais, com o objetivo de reduzir riscos aos motoristas.

O debate sobre a obra no Portão do Inferno mobiliza engenheiros, ambientalistas, políticos e a população local, que aguarda uma definição definitiva após décadas de tentativas frustradas de resolver os problemas estruturais da rodovia. Para muitos, a construção do túnel representa não apenas um desafio de engenharia, mas também um marco para a infraestrutura de Mato Grosso.

SOBERANIA GARANTIDA

STF REFORÇA DEFESA DE MAX RUSSI CONTRA MORATÓRIA DA SOJA

CRÉDITO: RODRIGO PRATES / ALMT



O VOTO DO MINISTRO FOI RECEBIDO COMO MAIS UM PASSO IMPORTANTE PARA ESSA CONQUISTA HISTÓRICA DO SETOR PRODUTIVO

O Supremo Tribunal Federal retomou o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7774, conhecida como “Moratória da Soja em Mato Grosso”. O tema, que mobiliza produtores e lideranças do agronegócio em todo o país, ganhou destaque político após o voto-vista do ministro Dias Toffoli citar diretamente o presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, deputado Max Russi, e adotar argumentos defendidos por ele em audiência no Senado Federal. Na ocasião, Max Russi

alertou que a moratória, assim como o acordo da carne, **“penaliza justamente quem faz a coisa certa”**. Segundo ele, produtores que cumprem rigorosamente as normas ambientais e trabalhistas acabam excluídos do mercado por exigências privadas impostas por grandes corporações internacionais. **“Não é justo que quem respeita a legislação seja tratado como inimigo. O nosso Código Florestal é um dos mais rígidos do mundo. O produtor de Mato Grosso preserva, gera empregos, garante alimentos na mesa do bra-**

sileiro e sustenta a balança comercial”, afirmou.

O voto de Toffoli reforçou essa linha, reconhecendo que a legislação ambiental brasileira já impõe exigências severas, como a manutenção de reserva legal nas propriedades, e que cabe ao Parlamento, e não a empresas privadas.

Para Max Russi, a manifestação do Supremo representa um passo decisivo em defesa da segurança jurídica e da soberania regulatória. **“Sempre defendemos que o Brasil já tem regras duras e claras. O que precisamos é respeitar a lei, não criar barreiras artificiais que só prejudicam a competitividade do produtor”**, resumiu.

O julgamento projeta Mato Grosso como epicentro de um debate nacional que envolve soberania, preservação ambiental e desenvolvimento econômico, reforçando o papel do Parlamento estadual na defesa do setor produtivo e da sustentabilidade.

MULHERES SEGURAS

DR. JOÃO QUER “BOTÃO DO PÂNICO” EM HOSPITAIS E UPAS DE MT

CRÉDITO: GILBERTO LEITE/ALMT



DISPOSITIVO PERMITIRÁ AÇÃO IMEDIATA DA POLÍCIA EM CASOS DE AGRESSÃO

Com o crescimento dos episódios de violência em hospitais e unidades de saúde, o deputado estadual Dr. João (MDB) apresentou o Projeto de Lei nº 1300/2025, que prevê a implantação de **“botões do pânico”** em centros de saúde pública em Mato Grosso.

“O que antes era pontual, hoje virou rotina: enfermeiros, médicos e até pacientes sendo agredidos dentro de unidades de saúde. Precisamos proteger quem cuida da população”, justificou o parlamentar em plenário.

Segundo a proposta, os **“botões do pânico”** deverão ser utilizados em casos de ameaça, intimidação, tentativas de agressão ou qualquer situação de risco à integridade física de profissionais da saúde, pacientes ou visitantes.

Dr. João destacou que a medida responde a um cenário alarmante em todo o país. Ele citou dados

do Conselho Federal de Medicina (CFM), que indicam a média de 12 médicos agredidos por dia no Brasil. Em São Paulo, levantamentos dos conselhos regionais apontam que mais de 70% dos profissionais de saúde já sofreram algum tipo de violência no trabalho.

“Essa realidade não pode ser naturalizada. Criar mecanismos de prevenção é urgente e necessário. O botão do pânico é uma medida simples, mas que pode salvar vidas e evitar tragédias”, afirmou o deputado.

O projeto também se fun-

damenta na Constituição Federal, que assegura saúde e segurança como direitos sociais.

“Proteger os profissionais da saúde é também proteger o direito da população de ser bem atendida. Não há saúde sem segurança”, completou Dr. João.

A proposta prevê que, após aprovação na Assembleia Legislativa, a lei entre em vigor 90 dias após sua publicação. O custeio será feito por dotação orçamentária própria, e o Executivo poderá firmar convênios ou parcerias para viabilizar a instalação dos dispositivos.

PROTEÇÃO DO SERVIDOR

TCE SUSPENDE CONSIGNADOS POR 120 DIAS E APROVA NORMATIVA

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) determinou a suspensão dos repasses a empresas de crédito consignado investigadas por irregularidades e aprovou decisão normativa que orienta o Governo do Estado na regulamentação do sistema por meio de um novo decreto. A medida foi relatada pelo presidente do órgão, conselheiro Sérgio Ricardo, e integra os trabalhos da Mesa Técnica nº 04, instalada para enfrentar o superendividamento dos



PRESIDENTE DO TCE-MT, CONSELHEIRO SÉRGIO RICARDO, APRESENTOU AS MEDIDAS NA SESSÃO ORDINÁRIA

servidores públicos. De acordo com o presidente, a situação envolve diretamente **“mais de 100 mil servidores”** e

“movimenta mensalmente mais de R\$ 100 milhões em pagamentos de consignados”. Para ele, o diagnóstico alcançado foi

decisivo. **“Quando o Tribunal assumiu essa pauta, sabíamos que era nosso papel entender o que estava acontecendo. Hoje temos clareza e condições de agir”**, afirmou.

O decreto traz salvaguardas aos servidores: fim de contratações por telefone, exigência de transparência nos contratos e atendimento presencial para idosos e pensionistas. A margem consignável foi limitada a **“35% da remuneração líquida”**, e a educação financeira passa a ser obrigatória a partir do segundo empréstimo.

O sistema digital e o portal do consignado garantirão transparência e acompanhamento em tempo real.

Sérgio Ricardo ainda recomendou que o Mato Grosso Previdência (MTPREV) atue como signatário. **“O Estado possui recursos em seu fundo de previdência que podem ser usados com segurança para aliviar o problema do superendividamento”**, explicou.

Na sessão, outros conselheiros também se posicionaram. Guilherme Antonio Maluf defendeu

que os resultados sejam encaminhados ao Ministério Público Estadual (MPMT): **“Vidas foram ceifadas e famílias destruídas. Cabe ao Ministério Público aprofundar as investigações”**.

A decisão foi aprovada por unanimidade pelo Plenário, consolidando mais uma etapa da mesa técnica coordenada pela Comissão Permanente de Normas, Jurisprudência e Consensualismo (CPN-Jur), presidida pelo conselheiro Valter Albano e relatada por Campos Neto.

MP INVESTIGA FLÁVIA POR USO DA GM COMO SEGURANÇA PARTICULAR

O Ministério Público de Mato Grosso (MP-MT) reafirma sua autonomia e independência ao abrir investigação contra a prefeita de Várzea Grande, Flávia Moretti (PL), acusada de utilizar agentes da Guarda Municipal como segurança particular em compromissos privados. A apuração, conduzida pela promotora de Justiça Taiana Castrillon Dionello, da 1ª Promotoria de Justiça Cível do município, busca esclarecer se houve violação de princípios administrativos e eventual desvio de finalidade.

O inquérito teve início em 4 de agosto, após denúncia formalizada por um morador identificado pelas iniciais D.G.R.L.C. Segundo a denúncia, guardas municipais estariam fazendo a segurança particular da prefeita em locais privados, como academias de ginástica e deslocamentos cotidianos, em regime permanente. A situação levantou questionamentos sobre



A PREFEITA FLÁVIA MORETTI É INVESTIGADA PELO USO DA GUARDA MUNICIPAL COMO SEGURANÇA PESSOAL.

a legalidade e os limites da utilização de servidores públicos armados para funções alheias à segurança institucional da cidade. Para além da denúncia, um parecer jurídico elaborado pelo jurista Jucelio Rodrigues dos Santos, a pedido do Jornal O Mato Grosso, reforçou as dúvidas sobre a legalidade da prática. O documento aponta que o uso da Guarda Municipal como

segurança particular viola diretamente a Constituição Federal e pode configurar crimes como abuso de autoridade, peculato-desvio e ato de improbidade administrativa. **“Mesmo que haja portaria, não existe autorização genérica ou automática para o uso da Guarda como segurança pessoal da prefeita”**, destacou o jurista. A própria prefeita, ao ser

questionada pelo jornalista Eder Pereira do *Jornal O Mato Grosso*, em visita à nova sede da Câmara Municipal, reconheceu a utilização da Guarda em sua proteção pessoal. **“A conduta está amparada por legislação municipal”**, afirmou. Contudo, a fala foi prontamente corrigida por sua chefe de gabinete, que declarou que a regulamentação das atribuições da

Guarda é matéria de competência federal sob a Lei 13.022, e não municipal. Na defesa da medida, o comandante da corporação, Juliano Lemos, alegou que o esquema de segurança tem respaldo legal. **“A segurança da prefeita é realizada de forma ininterrupta, 24 horas por dia, e ajustada conforme a necessidade e as circunstâncias específicas. Considerando que ela é a autoridade máxima do município, contamos com o devido amparo legal para essa atuação. Ressaltamos que é dever institucional zelar por sua integridade física”**, afirmou. O comandante também encaminhou a Portaria nº 003/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios, como documento que, em sua visão, daria sustentação ao procedimento. O tema chegou ao Legislativo municipal por meio de pedido de abertura de Comissão Especial de Inquérito (CEI), protocolado em 7 de agosto. A proposta buscava investigar a legali-

dade da portaria e apontava supostos vícios jurídicos, incluindo referência a uma lei inexistente. No entanto, durante sessão realizada posteriormente, os vereadores rejeitaram a abertura da CEI com 19 votos contrários e duas abstenções. A maioria optou pelo arquivamento imediato, permitindo a manutenção do esquema de segurança pessoal da prefeita com guardas municipais. A decisão política da Câmara não encerra o assunto. O Ministério Público Estadual prossegue com a investigação de forma independente, sem se submeter a pressões externas. O Tribunal de Contas do Estado (TCE) também acompanha o caso, analisando possíveis irregularidades na esfera administrativa e orçamentária. A atuação desses órgãos reforça a premissa de que o controle da legalidade não depende da vontade de governos ou parlamentos, mas do exercício autônomo das instituições de fiscalização.



A PROMOTORA DE JUSTIÇA TAIANA CASTRILLON DIONELLO, TITULAR DA 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DA COMARCA DE VÁRZEA GRANDE

Nesse contexto, a atuação do Ministério Público ganha relevo. Diferentemente das disputas políticas travadas na Câmara ou em discursos de apoiadores e opositores da prefeita, a promotoria conduz o processo com base em critérios técnicos e legais, sem se envolver em disputas partidárias. O MP, instituição permanente prevista no artigo 127 da Constituição

Federal, tem como missão a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Sua autonomia funcional garante que promotores e procuradores atuem com independência, sem necessidade de autorização de governos ou parlamentos. A promotora **Taiana Castrillon Dionello** determinou a coleta de documentos, portarias, registros

de escalas e depoimentos de integrantes da Guarda Municipal. A investigação também pretende ouvir a própria prefeita, além de representantes do Executivo e do Legislativo municipal, para esclarecer se o uso de agentes em atividades privadas constitui desvio de função e dano ao erário. Mesmo diante de resistências políticas, a condução do processo reforça a

importância da separação entre as esferas de controle institucional e o jogo político. Enquanto vereadores decidiram arquivar a denúncia por ampla maioria, a promotoria mantém a apuração com base em provas, documentos e parâmetros constitucionais. O contraste evidencia a diferença de papéis: ao Legislativo cabe o julgamento político, sujeito a maiorias eventuais; ao Ministério Público, o julgamento jurídico, voltado à aplicação imparcial da lei. Essa distinção é fundamental para a consolidação do Estado de Direito. Sem a independência do Ministério Público, casos como o de Várzea Grande poderiam ser abafados pelo poder político. A autonomia da instituição impede que denúncias relevantes sejam arquivadas sem análise técnica. A população, por sua vez, pode confiar que as investigações não se limitam a disputas partidárias, mas buscam efetivamente verificar a legalidade dos atos praticados por gestores públicos. O caso de Flávia Moretti não é apenas sobre a legalidade do uso da Guar-

da Municipal. Ele toca em princípios maiores, como a impessoalidade na administração pública, o dever de probidade e a separação entre o interesse público e o interesse particular. A Constituição estabelece que cargos e recursos públicos não podem ser usados para fins pessoais, ainda que sob justificativa de segurança. Cabe ao Ministério Público verificar se houve essa confusão de esferas e, se comprovada a irregularidade, responsabilizar os envolvidos. Até a conclusão da investigação, não há culpados definidos, mas há a certeza de que o processo seguirá seu curso independente. Essa é a essência da atuação do MP: investigar com base em fatos, analisar provas e oferecer ao Judiciário as medidas cabíveis, sejam elas ações civis por improbidade, denúncias criminais ou recomendações administrativas. Enquanto isso, especialistas lembram que a autonomia institucional não deve ser confundida com perseguição política. O fato de o Ministério Público investigar prefeitos, governadores ou qualquer outra autori-

dade não significa alinhamento com opositores ou desrespeito ao resultado eleitoral. Pelo contrário: significa o fortalecimento das regras democráticas, em que até os eleitos devem obedecer aos limites da lei. O desfecho do caso poderá servir como precedente nacional sobre os limites do uso da Guarda Municipal e o alcance da responsabilidade de prefeitos na gestão dos recursos humanos e materiais da segurança pública local. Mais do que isso, servirá como exemplo da importância da independência do Ministério Público no combate a práticas administrativas questionáveis, sem ceder a pressões políticas. Em Várzea Grande, a investigação em curso mostra que, independentemente da blindagem concedida pelo Legislativo ou da narrativa construída por apoiadores, a última palavra cabe às instituições de controle. E, acima de tudo, reafirma que o Ministério Público segue sendo um pilar da democracia brasileira, atuando sem politicagem, com autonomia e compromisso com a lei.

Depoimentos de moradores de Várzea Grande. **“Sem o Ministério Público, não teríamos quem zelasse pela legalidade. Eles são os verdadeiros guardiões da cidade, garantindo que o dinheiro público não seja usado para privilégios pessoais.”** — A.T.R., professor do bairro Jardim Costa Verde

“É reconfortante saber que existe alguém olhando pelo interesse do povo. O Ministério Público é a única instituição que não se curva à política e garante justiça.” — G.M.S., enfermeira do bairro Mapim

“O trabalho do MP é fundamental para que prefeitos e autoridades entendam que não estão acima da lei. Eles protegem a população e garantem que recursos públicos não sejam desviados.” — I.R.T., comerciante do bairro São Mateus

“O MP mostra que a lei vale para todos. Enquanto políticos tentam se proteger, os promotores assumem o papel de proteger a população e fiscalizar atos

“Sem a atuação da promotoria, ninguém saberia o que realmente acontece por trás das portas do Executivo. Eles são essenciais para que a sociedade

Os moradores que participaram dessa enquête, preferiram não se expor com medo de represálias futuras.

CRÉDITO: REPRODUÇÃO / PORTAL O MATO GROSSO

Registro	010601-006/2025	Comarca	Várzea Grande	Data Registro no MP	04/08/2025
Detalhes					
Local Atual	-	Número do Processo		-	
Código CNJ	-	Código Apoio TJ		-	
Promotor	Taiana Castrillon Dionello	Promotoria		-	
Partes					
Requerente	D [REDACTED]				
Requerido	PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE				
Classificação Taxonômica					
Área	Patrimônio Público	Classe	EXTRAJUDICIAIS->PROCEDIMENTOS DO MP->Notícia de Fato		
Assunto	Legalidade->Violação Dos Princípios Administrativos				
Histórico de Movimentações					
Data	04/08/2025	Movimento	ATOS COMUNS --> Encaminhamento a Órgão Interno		
Descrição	CAAD - Centro de Apoio Administrativo Sede das Promotorias de Justiça de Várzea Grande Nesta data, encaminhado estes autos à 1ª Prom. de Just. Cível para análise do documento acostado no ID ...				
Data	04/08/2025	Movimento	ATOS COMUNS --> Juntada		
Descrição	CAAD - Centro de Apoio Administrativo Sede das Promotorias de Justiça de Várzea Grande www.mpmt.mp.br CERTIDÃO Certifico, para os devidos fins, que p...				
Data	04/08/2025	Movimento	MOVIMENTOS INTERNOS --> Distribuído		
Descrição	Promotoria: 1ª Prom. de Just. Cível - Várzea Grande - Promotor: Taiana Castrillon Dionello - Tipo de Distribuição: Manual				
Data	04/08/2025	Movimento	MOVIMENTOS INTERNOS --> Registrado		

DESPACHO DA PROMOTORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA DA VERGONHA

VEREADORES DE VG ARQUIVAM DENUNCIA CONTRA PREFEITA

A decisão da Câmara Municipal de Várzea Grande de rejeitar, por 19 votos contrários e duas abstenções, a denúncia que apontava o uso da Guarda Municipal para segurança particular da prefeita Flávia Moretti (PL) gerou forte debate sobre o papel institucional do Legislativo. Ao optar pelo arquivamento imediato, os vereadores se afastaram do que deveria ser a função central da Casa: investigar, apurar fatos, confrontar versões e, somente após o devido processo legal, decidir pela responsabilização ou absolvição da gestora. A denúncia, protocolada em 7 de agosto por um morador identificado pelas iniciais D.G.R.L.C., pedia a instauração de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) para analisar supostas infrações político-administrativas. O documento apontava que guardas municipais estariam sendo escalados para fazer a segurança da prefeita em compromissos privados, como deslocamentos a academias e eventos sem caráter público. Além disso, questionava a legalidade da Portaria nº 003/2025, usada como justificativa para o esquema de segurança, e apontava vícios jurídicos, como a menção a uma lei inexistente (nº 13.675/2018) como base normativa.

Ao rejeitar a denúncia sem aprofundar as apurações, a Câmara deixou de cumprir seu papel de instância fiscalizadora. A função do Legislativo não é proteger nem condenar previamente gestores, mas sim investigar os fatos com rigor e transparência, garantindo que toda acusação seja tratada com seriedade. Somente após a coleta de provas, oitivas, análise de documentos e debate público é que os parlamentares poderiam deliberar, com legitimidade, pela continuidade ou não de uma investigação. Nesse caso, havia elementos objetivos que mereciam detalhamento. Seria preciso verificar, por exemplo, se os guardas destacados para a segurança da prefeita atuavam em regime de escala extraordinária, se recebiam remuneração adicional, se utilizavam farda e viaturas do município durante os deslocamentos privados, e se havia registros formais da designação em folhas de ponto ou relatórios de serviço. Sem tais informações, qualquer conclusão seria prematura. O mínimo esperado seria a abertura de uma CEI para levantar os dados oficiais e esclarecer dúvidas.

Ainda assim, os vereadores decidiram encerrar o caso no âmbito da Câmara, sem permitir sequer a fase inicial de investigação. A justificativa de que a Portaria nº 003/2025 teria autorizado a prática foi usada por parte da base governista,



COM 19 VOTOS CONTRÁRIOS A ACEITAÇÃO DA DENÚNCIA, A DENÚNCIA FOI REJEITADA PELA MAIORIA NO PARLAMENTO.

mas não convenceu juristas independentes. Para o advogado Jucelio Rodrigues dos Santos, autor de um parecer solicitado pela imprensa, a portaria carece de validade jurídica por se apoiar em referência a uma lei inexistente e por extrapolar os limites legais da função da Guarda. **“Mesmo que haja portaria, não existe autorização genérica ou automática para o uso da corporação como segurança pessoal da prefeita”**, avaliou.

A atitude da Câmara contrasta com os princípios do devido processo legal, pilares da democracia representativa. O processo legal não existe apenas para punir culpados, mas também para garantir a chance de inocência aos investigados. Ao abrir mão da investigação, o Legislativo não protegeu a prefeita de uma acusação infundada, tampouco deu à população a oportunidade de conhecer a verdade dos fatos. Em vez disso, preferiu arquivar sumariamente, sem transparência, fugindo do debate e fragilizando a credibilidade da instituição. O episódio também levanta questionamentos sobre a independência do Legislativo municipal em relação ao Executivo. Ao rejeitar a denúncia sem exame, a Câmara passa a imagem de subordinação, de **“puxadinho da prefeitura”**, incapaz de atuar como contrapeso de poder. Em um regime

democrático, a função fiscalizadora do Parlamento é inegociável. Quando os vereadores abrem mão de investigar, enfraquecem o sistema de freios e contrapesos e comprometem a confiança pública.

É importante destacar que a rejeição da denúncia pela Câmara não encerra o assunto. O caso segue em investigação no Ministério Público Estadual (MPE) e no Tribunal de Contas do Estado (TCE). Essas instituições, dotadas de autonomia e independência, prosseguem na coleta de documentos, oitivas e apuração de responsabilidades. O MP investiga possíveis crimes de abuso de autoridade, peculato-desvio e improbidade administrativa. Já o TCE examina o aspecto orçamentário, verificando se houve desvio de recursos públicos ou irregularidades em folhas de pagamento.

Essa dualidade entre a postura do Legislativo e a atuação dos órgãos de controle mostra a diferença entre política e legalidade. Enquanto os vereadores optaram pelo arquivamento político, os órgãos de fiscalização seguem o rito jurídico, buscando a verdade factual. Esse contraste revela um problema estrutural: a Câmara se afastou de seu dever constitucional, deixando para outras instituições a missão de zelar pela legalidade e pela moralidade

administrativa.

Na prática, a rejeição imediata da denúncia gera prejuízos não apenas institucionais, mas também simbólicos. A mensagem transmitida à sociedade é de que acusações contra a prefeita não merecem sequer apuração mínima. Ao mesmo tempo, a ausência de investigação parlamentar impede que os próprios vereadores se posicionem de forma transparente diante dos fatos. O eleitorado, que deveria ser o principal destinatário da fiscalização, acaba privado de informações relevantes.

O devido processo legal existe justamente para evitar abusos e proteger tanto o interesse público quanto a dignidade dos acusados. Se a prefeita não cometeu irregularidade, a investigação serviria para demonstrar sua inocência e encerrar a polêmica com base em provas concretas. Se, ao contrário, houver desvio de finalidade, o processo garantiria que a responsabilização ocorresse dentro das regras do Estado de Direito. Em ambos os cenários, a apuração seria fundamental.

Ao se recusar a cumprir esse papel, a Câmara de Várzea Grande se tornou alvo de críticas sobre sua função democrática. Um Parlamento que rejeita investigar abre mão de sua própria razão de existir. Mais do que um episódio

local, o caso serve como alerta para os riscos de um Legislativo enfraquecido, que se limita a ratificar decisões do Executivo em vez de fiscalizá-lo.

Ainda que a decisão final sobre a legalidade do uso da Guarda Municipal como segurança pessoal da prefeita caiba ao Judiciário, o comportamento dos vereadores ficará registrado como um episódio de omissão. Em vez de fortalecer a democracia por meio do debate e da transparência, optaram por se afastar da investigação, comprometendo a legitimidade da Casa e deixando que outros órgãos cumpram a função que deveria ser sua.

No fim, o caso escancara uma contradição: enquanto a Constituição prevê a independência e a harmonia entre os Poderes, a Câmara Municipal de Várzea Grande se mostrou submissa, incapaz de exercer o papel de contrapeso democrático. Uma democracia se fragiliza quando seus representantes fogem do processo legal. A rejeição da denúncia sem investigação não inocenta nem condena a prefeita, apenas revela que o Legislativo local preferiu a conveniência política à responsabilidade institucional.

Depoimentos de moradores de Várzea Grande, inconformados com a decisão da Câmara Municipal.

“É uma tristeza. A Câmara se tornou um puxadinho da prefeitura. Eles deveriam investigar e garantir transparência, mas preferiram enterrar a denúncia.” — R.C.F., comerciante do bairro Jardim Alá.

“Essa ‘Câmara da vergonha’ mostra que não estão preocupados com a população. Deixaram de fiscalizar e defender o interesse público por conveniência política.” — L.B.M., professora do bairro Cohab Cristo Rei

“É revoltante. Pagamos impostos caros e vemos nossos representantes se omitindo diante de irregularidades. A Câmara falhou com a cidade.” — D.J.S., enfermeiro do bairro Mapim

“Que nada mano essa câmara só defende seus interesses.” — M.T.O., estudante do bairro São Mateus

“Ficou claro que a Câmara não quer cumprir seu papel. Isso é uma vergonha, que prefere proteger interesses políticos a defender a cidade.” — P.H.R., motorista do bairro Jardim Glória

Os moradores que participaram dessa enquete, preferiram não se expor com medo de represálias futuras.

TRE-MT: GUARDIÃ DA DEMOCRACIA E DA TRANSPARÊNCIA

TRAJETÓRIA NA MAGISTRATURA



CRÉDITO: TRE-MT

A CARREIRA DA DESEMBARGADORA SERLY NA MAGISTRATURA DE MT COMEÇOU EM 1990

A presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), desembargadora Serly Marcondes Alves, conduz a instituição com a missão de fortalecer a democracia, assegurar a imparcialidade da Justiça Eleitoral e ampliar o acesso da população aos serviços oferecidos. Sua trajetória na magistratura e as diretrizes que marcam a atual gestão refletem o compromisso com a transparência, a equidade

e a modernização do processo eleitoral. A carreira da desembargadora Serly Marcondes Alves na magistratura de Mato Grosso começou em 1990, após aprovação em concurso público. Sua formação jurídica teve início três anos antes, em 1987, com a graduação em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso. O reconhecimento por mérito levou-a ao cargo de desembargadora em 2013. Ao longo do caminho, buscou

constante aperfeiçoamento: MBA em Poder Judiciário pela Fundação Getúlio Vargas (2010), título de Formadora de Formadores pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) em 2018, mestrado em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro e atual doutorado pela FADISP. Sua atuação também se destacou em cargos administrativos. Foi juíza auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça de Mato Grosso e da Presidência do TRE-MT; diretora-geral da Escola Superior da Magistratura (2017-2018); presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais (2021-2022); juíza-membro do Tribunal Regional Eleitoral; vice-presidente e corregedora regional eleitoral (2023-2025). Atualmente, exerce a presidência do TRE-MT no biênio 2025-2027.

GESTÃO E MODERNIZAÇÃO



CRÉDITO: TRE-MT

GARANTIA DO DIREITO AO VOTO É UM DOS FOCOS DA PRESIDENTE DO TRE

A gestão da presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), desembargadora Serly Marcondes Alves, tem se destacado por estabelecer prioridades claras voltadas à garantia do direito ao voto para todos os cidadãos, assegurando acessibilidade, diversidade, equidade de gênero e igualdade racial. O planejamento das Eleições de 2026 é conduzido com ênfase na segurança, na tranquilidade do processo eleitoral e na estrita observância das normas legais, com atenção especial ao diálogo aberto com públicos interno e externo.

“Estamos trabalhando para que cada etapa do processo eleitoral seja conduzida com transparência, segurança e eficiência. Nossa gestão é aberta e democrática, alia qualidade técnica, valorização humana e responsabilidade socioambiental, buscando excelência nos serviços prestados à população”, ressalta Serly Marcondes Alves.

Entre as principais iniciativas, a modernização das 57 Zonas Eleitorais do estado se destaca como medida essencial para fortalecer a estrutura da Justiça Eleitoral e proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores. A presidente do TRE-MT enfatiza que a tecnologia é peça-chave para aprimorar os serviços eleitorais. Em localidades onde os cartórios não dispõem de sede própria, o Tribunal promove soluções inovadoras, como o compartilhamento de prédios com outros órgãos públicos, incluindo o Tribunal Regional do Trabalho, parceiro estratégico nesse processo.

Paralelamente, estão em andamento ações com a

OAB-MT para ampliar os Pontos de Inclusão Digital (PIDs), garantindo acesso à Justiça em regiões sem sede judicial. A Justiça Eleitoral também firma acordos com Prefeituras e Câmaras Municipais para ampliar os pontos de atendimento, fortalecendo uma rede de cooperação que beneficia tanto eleitores quanto servidores. Essa gestão evidencia um compromisso firme com a inovação, a inclusão e o aprimoramento contínuo dos serviços, combinando tecnologia, parcerias estratégicas e foco no atendimento humanizado, consolidando o TRE-MT como referência em excelência e eficiência no atendimento à população mato-grossense.

LEGADO ESPERADO

A desembargadora Serly Marcondes Alves destaca que sua principal missão é assegurar a independência e a imparcialidade da Justiça Eleitoral. “Meu legado está sendo, evitar a politização da Justiça Eleitoral, preservando sua independência institucional, imparcialidade e credibilidade diante da sociedade. Isso significa atuar sempre com base na legalidade, nos fatos e nos princípios constitucionais, independentemente de pressões políticas ou interesses partidários”, pontua. A presidente também ressalta a importância de fortalecer a governança, a transparência e a responsabilidade, por meio de controles internos eficazes, auditorias independentes



CRÉDITO: TRE-MT

A PRESIDENTE TAMBÉM RESSALTA A IMPORTÂNCIA DE FORTALECER A GOVERNANÇA

e divulgação de dados oficiais para escrutínio público. Outro eixo é a formação contínua de magistrados e servidores, com ênfase na neutralização de vieses e no combate a conflitos de interesse. A educação cívica, segundo ela, é parte essencial desse processo. “A Justiça Eleitoral é uma agência técnica e apar-

tidária, responsável por eleições seguras e justas. O legado não é a ausência de debate político, mas a construção de uma arena em que as divergências existam e sejam resolvidas com respeito à legalidade, à dignidade humana e ao interesse público, fortalecendo a democracia em Mato Grosso”, concluiu Serly Marcondes.



CRÉDITO: TRE-MT

O TRE-MT É REFERÊNCIA EM EXCELÊNCIA E EFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO MATO-GROSSENSE.

RELAÇÃO COM OS PODERES



CRÉDITO: TRE-MT

GARANTIA DO DIREITO AO VOTO É UM DOS FOCOS DA PRESIDENTE DO TRE

Na visão da presidente do TRE-MT, o êxito da Justiça Eleitoral depende diretamente da cooperação com outras instituições. A desembargadora ressalta que o diálogo contínuo com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de órgãos públicos parceiros, constitui um fator essencial para a realização de eleições se-

guras e organizadas em Mato Grosso. Segundo a desembargadora e presidente do TRE-MT, Serly Marcondes Alves, essa receptividade institucional é fruto da credibilidade conquistada pela Justiça Eleitoral ao longo dos anos, resultado de um trabalho técnico, apartidário e transparente. Para ela, o desafio permanente está em ampliar essa rede de colabo-

ração e reforçar a confiança mútua entre os órgãos que atuam em conjunto. “A receptividade junto às instituições é resultado da credibilidade que a Justiça Eleitoral construiu ao longo da sua história. Cabe a nós fortalecer cada vez mais essa rede de cooperação, porque sem ela não seria possível realizar eleições tranquilas e seguras”, afirma a presidente.

ORGULHO E RESPONSABILIDADE



CRÉDITO: TRE-MT

A PRESIDENTE RESSALTA A IMPORTÂNCIA DO TRE PARA ELEIÇÕES 2026

Para a presidente do TRE-MT, a condução da Justiça Eleitoral em Mato Grosso simboliza uma conquista profissional e também pessoal. “Estar à frente do TRE-MT é motivo de muito orgulho, pois a Justiça Eleitoral possui um papel fundamental na construção da demo-

cracia no nosso país. E, como mulher, me sinto honrada, porque historicamente o acesso das mulheres aos cargos de poder e decisão é sempre mais difícil. Cada vez que uma de nós alcança um lugar de liderança, representa muito para todas as mulheres”, destaca a presidente.

Com a aproximação das eleições de 2026, ela ressalta a importância da preparação cuidadosa e da confiança na equipe. “Confio plenamente na competência do Pleno, dos juízes e juízas eleitorais, de todos os servidores e servidoras da Justiça Eleitoral, que se dedicam diariamente nesta missão.”

CRÔNICA

FORA DO JOGO, MAS DENTRO DO CORAÇÃO

O Mixto caiu. O placar foi implacável, o apito final não deixou espaço para esperanças tardias e a Série D de 2025 terminou mais cedo do que o alvinegro sonhava. Mais uma vez, a torcida viveu o filme doloroso da frustração: a história que começa com confiança, se alimenta da garra nas arquibancadas, mas que, quando o calendário vira, encontra o mesmo obstáculo de sempre.

O tigre não avançou. A eliminação trouxe a sensação de um soco no estômago, daqueles que roubam o ar por alguns segundos. Mas se há algo que o Mixto conhece bem é a dor da queda. Conhece, sim, **mas não acostuma**. E talvez resida aí a sua força: mesmo repetida, a decepção nunca é o suficiente para calar o rugido da torcida. Porque o Mixto, no fim das contas,



MAS SE HÁ ALGO QUE O MIXTO CONHECE BEM É A DOR DA QUEDA

não é apenas um clube de futebol. É a camisa preta e branca que insiste, mesmo em divisões menores, mesmo quando a maré parece empurrar contra.

Estar eliminado da Série D deste ano dói. Dói por-

que a torcida sabe que o futebol é também feito de oportunidades raras e cada chance perdida parece custar mais caro que a anterior. Mas a dor não é sentença. O Mixto já está garantido para a Série D de 2026 e isso muda completamen-

te o peso da queda. Não é um fim da linha. Não é o vazio de quem volta à estaca zero. É, antes, uma pausa forçada, um recomeço anunciado.

Em tempos em que clubes tradicionais se apagam

da cena nacional, se dissolvem em dívidas ou se transformam em memórias nostálgicas, o Mixto insiste em estar vivo. Isso não é pouca coisa. Resistir em campo, garantir calendário, manter a chama acesa, tudo isso é fundamental para que o sonho continue.

O que fica para o torcedor, então, é a difícil tarefa de equilibrar esperança e frustração. É torcer de novo, sabendo que pode doer de novo. É acreditar, mesmo depois de mais uma eliminação. O Mixto é feito desse pacto silencioso entre clube e torcida: um lado promete não desistir e o outro promete continuar acreditando.

Talvez essa seja a essência do futebol. Não os títulos, não os favoritos que confirmam as estatísticas, mas a resiliência de quem insiste em voltar mesmo quando

todos duvidam. O Tigre sabe perder, mas também sabe que não há derrota definitiva enquanto houver um próximo jogo, um próximo campeonato.

A imagem que fica é um Tigre ferido, mas não abatido. Sangra, mas resiste. Silencia por um instante, mas não se rende. E quando o calendário de 2026 se abre, lá estará ele de novo, pronto para lutar mais uma vez. O destino o condenou a sempre recomeçar, não importa quantas vezes precisar, e a torcida, tão teimoso quanto o próprio clube, jamais deixará de acompanhá-lo.

O tigre foi eliminado. Mas nunca está fora do jogo.

*Cami Almeida**

**Sob a supervisão de Eder Pereira*

ANÁLISE

QUARTAS DA LIBERTA: QUEM PASSA E QUEM FICA

Nos aproximamos das quartas de final da Conmebol Libertadores e agora o cerco começa a apertar. Oito campeões sobrevivem e cada campeão conta com a sua história, rivalidades e desempenho na campanha até aqui. Mas, olhando de forma fria, quem tem mais chance de avançar para a semifinal e quem fica pelo caminho?

São Paulo x LDU

O Tricolor Paulista enfrenta, no jogo de ida, a altitude de Quito, uma vantagem que a LDU tem a seu favor. Não é surpresa para nenhum fã de futebol que a altitude pode ser algo decisivo para jogos como esse, contudo, o São Paulo conta com o fator Morumbi no jogo de volta.

Chances: São Paulo 65% x LDU 35%

River Plate x Palmeiras

Um duelo de gigantes. O



OS JOGOS DE IDA DA LIBERTADORES COMEÇAM NA SEMANA DO DIA 15/09

River eliminou o Libertad nos pênaltis, mas o Palmeiras vem de uma boa sequência contra o Universitario. É o tipo de confronto que a camisa pesa, mas o domínio da bola em campo

pesa mais ainda. Chances: Palmeiras 60% x River Plate 40%

Vélez Sarsfield x Racing

Esse duelo garante que a semifinal contará com pelo

menos um time argentino. O Vélez eliminou o Fortaleza no estádio José Arnalfitani, por 2 x 0, já o Racing atropelou o Peñarol mesmo com um gol de vantagem do time uruguaio no

jogo de ida. O jogo promete ser equilibrado.

Chances: Racing 55% x Vélez 45%

Estudiantes x Flamengo O Estudiantes garantiu a

vantagem no jogo de ida contra o Cerro Porteño e seguiu um empate no jogo de volta. Contra o Flamengo, conta com o jogo de volta em solo argentino. Do outro lado, o Flamengo não sofreu para eliminar o Internacional, tem o jogo de ida em casa e se abrir placar no Maracanã, talvez amortize os fatores negativos do jogo de volta.

Chances: Flamengo 70% x Estudiantes 30%

Se os percentuais se confirmarem, temos na semifinal:

São Paulo x Palmeiras - O famoso Choque-Rei, um clássico paulista.

Racing x Flamengo - uma decisão Brasil x Argentina da Conmebol.

*Cami Almeida**

**Sob a supervisão de Eder Pereira*

SIGA-NOS NAS
**REDES
SOCIAIS**

FACEBOOK: OMATOGROSSO

TIKTOK: OMATOGROSSO.COM

INSTAGRAM: OMATOGROSSO

YOUTUBE: O MATO GROSSO

KWAI: OMATOGROSSOREPORTAGEM

X (TWITTER): OMATOGROSSO



SOMOS MAIS DE
16 MILHÕES!

+15.7M
VIZUALIZAÇÕES

+375K
CURTIDAS

+280K
ALCANCE

ACESSE NOSSO SITE

www.omatogrosso.com
E FIQUE ATUALIZADO!

O Mato Grosso
IMPARCIALIDADE COM RESPONSABILIDADE

O QUE FAZER AGORA QUE A ESTIAGEM CHEGOU?

O corpo humano não foi feito para respirar poeira. Mas é exatamente isso que grande parte da população de Mato Grosso está enfrentando neste período de estiagem. Sem chuvas significativas, a umidade relativa do ar despencou e, em muitas cidades, os índices já atingem níveis considerados de emergência pela Organização Mundial da Saúde (abaixo de 20%). O ar seco, invisível e silencioso, tornou-se um dos maiores inimigos da saúde. A baixa umidade resseca as mucosas do nariz, da garganta e dos olhos, deixando o organismo mais vulnerável. Quem sofre de asma, bronquite ou rinite sente o baque também. A pele também reage: rachaduras, coceiras e irritações são comuns. E a desidratação acontece mais rápido nesse cenário.

Crianças e idosos são os grupos mais frágeis. Entre os pequenos, o ressecamento das vias respiratórias abre caminho para infecções frequentes, enquanto nos mais velhos a queda da umidade aumenta o risco de complicações em doenças crônicas. E o que fazer para proteger a saúde quando o ar parece não colaborar?

• **Hidratação constante:**



QUEM SOFRE DE ASMA, BRONQUITE OU RINITE SENTE O BAQUE TAMBÉM

beber água ao longo do dia é a medida mais eficaz. Sucos naturais e água de coco também ajudam.

• **Umidificação dos ambientes:** baldes ou bacias com água espalhados pela casa, toalhas molhadas e até aparelhos umidificadores auxiliam a tornar o ar mais respirável.

• **Cuidados com o corpo:** uso de soro fisiológico

no nariz, colírios lubrificantes para os olhos e cremes hidratantes para a pele reduzem os efeitos do ressecamento.

• **Evitar atividades ao ar livre nos horários críticos:** entre 10h e 16h, a combinação de calor e ar seco é ainda mais agressiva.

• **Atenção à limpeza:** varrer e sacudir a poeira

deve ser evitado; o ideal é passar pano úmido, já que o pó suspenso intensifica as alergias.

Outro ponto crítico é a fumaça das queimadas, que se soma ao ar seco e potencializa os riscos. O ideal é manter portas e janelas fechadas durante os períodos de maior concentração de fumaça e, se possível, utilizar máscaras.

Apesar de medidas indi-

viduais ajudarem, a estiagem em Mato Grosso é um problema coletivo. As mudanças climáticas e o desmatamento têm tornado os períodos secos mais longos e severos, o que significa que a população precisará se adaptar com cada vez mais estratégias de prevenção.

A mensagem é clara: em tempos de ar rarefeito, cuidar da saúde exige atenção redobrada. Pequenos hábi-

tos como beber mais água, umidificar ambientes, proteger olhos e pele fazem diferença na rotina. No fim, enfrentar o ar seco é também uma forma de resistir à estiagem que insiste em se repetir ano após ano no estado.

*Cami Almeida**

**Sob a supervisão de Eder Pereira*

CANTO DAS DELICIAS

SIGA NAS REDES

Mais que **Delícia**

A COMIDA **MAIS PEDIDA**

faça **Seu Pedido**

→ PEÇA JÁ

(65)9.9255-8237